PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
VIII JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO
Legislativo, Executivo e Sociedade na Construção da Governança Pública
18 e 19 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF

TRAÇADOS PEDAGÓGICOS DA PÓS-GRADUAÇÃO *LATU SENSO* EM ACESSIBILIDADE: INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA

Sonia Aguiar Cruz Riascos[1]
Sandra Albuquerque Siebra[2]
Daniela Francescutti Martins Hott[3]
Faysa de Maria Oliveira e Silva[4]
Getulio Valdemir Batista[5]

Palavras-chave: Acessibilidade. Educação Superior. Pós-Graduação. Projeto Político-Pedagógico

RESUMO

Segundo os dados do censo realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2012), 23,9% da população brasileira apresenta pelo menos uma das deficiências investigadas: visual, motora, auditiva ou mental, e destas, a deficiência visual é aquela com maior incidência entre os brasileiros (18%). Especialmente, para esse quase ¼ da população, a acessibilidade é imprescindível para a melhoria na qualidade de vida, uma vez que possibilita o "alcance aos espaços físicos, à informação, aos instrumentos de trabalho e estudo, bem como aos produtos e serviços" (MELO, 2006, p. 17). Conforto e Santarosa (2002, p. 21) destacam que acessibilidade é um meio de "potencializar a construção de um projeto emancipatório que traga em sua essência a ruptura com um modelo de sociedade que fixa limites, subordina e exclui grupos de homens e mulheres dos coletivos inteligentes". Assim, pode-se dizer que a acessibilidade possibilita igualdade de oportunidades e de acesso a qualquer pessoa conforme suas próprias características ou limitações, tendo em vista que seus requisitos visam eliminar qualquer tipo de barreira. Dessa forma, ao promover acessibilidade, cumpre-se o previsto no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), segundo o qual "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]".

Neste contexto, o presente resumo expandido apresenta resultados iniciais de pesquisas realizadas no contexto acadêmico para a elaboração do Projeto de Pesquisa e Extensão sobre Acessibilidade física e digital no âmbito do campo da Ciência da Informação e da Educação para a democracia (GPE 2.2016). Propõe-se a partir da investigação a

1 Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de Ciência da Informação (sonia.cruzriascos@gmail.com).
2 Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de Ciência da Informação (sandra.siebra@gmail.com).
3 Câmara dos Deputados. Diretoria-Geral / Coordenação de Acessibilidade (daniela.martins@camara.leg.br).
4 Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de Ciência e Informação (faysaejoaopedro@gmail.com).
5 Universidade Federal de Pernambuco (francescutti69@gmail.com).

fundamentação científica para o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Latu* Senso em Acessibilidade que poderá ser realizado mediante convênio estabelecido entre o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados e o Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, apoiados pela Coordenação de Acessibilidade da Câmara dos Deputados. Assim sendo, faz-se a apresentação conceitual da proposta do curso, com as principais linhas de pesquisa e pontos essenciais a serem cobertos.

A motivação para a criação da pós-graduação surgiu da necessidade de amenizar e, até mesmo de suprir uma fragilidade da Administração Pública e da Iniciativa Privada no âmbito das questões pertinentes à acessibilidade. Ao considerar a necessidade de as instituições públicas e privadas de todas as áreas de atuação terem que reservar até 20% das vagas oferecidas em concursos, a partir da Lei 8.112/1990, artigo 5º, § 2º, e a partir da determinação da Lei 8.213/1991, o estabelecimento de um percentual entre 2% a 5% das vagas para contratação de pessoas com deficiência, variando conforme o quantitativo de empregados da empresa, observa-se, muitas vezes o despreparo ou a falta de conhecimento nas organizações (BRASIL, 1990; 1991). Isto é, ao mesmo tempo em que se abre essa oportunidade, boa parte das instituições ou não oferece infraestrutura adequada para as pessoas com deficiência e(ou) possui, em seus quadros funcionais, servidores despreparados tanto para colaborar com esses indivíduos quanto para atender demandas de acessibilidade em contexto organizacional e(ou) no âmbito de seus públicos.

Nesse cenário, o curso tem como objetivo especializar, de forma teórico-sistêmica, profissionais, com atuação multidisciplinar, para atender as demandas de acessibilidade de modo transversal tanto na administração pública, quanto em instituições privadas e organizações de quaisquer escopos. Para desenvolver o desenho conceitual do curso, considerou-se a acessibilidade sob cinco perspectivas: a física, a digital, políticas de acessibilidade, inclusão cidadã e emprego, incluindo a abordagem da acessibilidade em áreas transversais como educação, cultura, esportes, dentre outras. Todas essas vertentes serão trabalhadas considerando aspectos relativos ao respeito à pessoa como cidadã, à segurança no ambiente laboral e às condições adequadas para viabilizar a autonomia dos servidores/funcionários com deficiência no tocante às atividades profissionais.

As macro áreas definidas para o curso de especialização foram: a “Informação” para a construção, comunicação e uso da informação além do conhecimento do universo e das particularidades das pessoas com deficiência; a “Tecnologia” como meio facilitador para a realização do trabalho e para acesso à informação, e recurso para romper barreiras e superar limites (tecnologias assistivas); e a “Educação” com vistas à formação de profissionais sensibilizados com as questões de acessibilidade e que possam atuar como multiplicadores dos conhecimentos adquiridos. Essas áreas associadas viabilizam a democratização e inclusão cidadã da pessoa com deficiência.

Para pesquisa de conteúdos e futura elaboração dos trabalhos de conclusão de curso, a *priori* foram estabelecidas as seguintes linhas de pesquisa: 1) comunicação e informação

para acessibilidade, 2) educação e competências profissionais para inclusão acessível 3) sistemas informacionais e recursos acessíveis.

Ressalta-se que no curso não serão trabalhados aspectos da área de Saúde, visto que o curso tem como grandes campos do conhecimento as Ciências Sociais Aplicadas e as Ciências Humanas, tendo como foco capacitar os servidores tanto para atuar com assuntos relativos à acessibilidade, quanto para facilitar a incorporação e participação de pessoas com deficiência nas organizações em igualdade de oportunidades, bem como para lidar com tais públicos. Destarte, fomentar o respeito para com a pessoa com deficiência e ampliar a compreensão de questões do campo da Acessibilidade.

Esta investigação tem um caráter qualitativo e baseia-se no estudo exploratório com pesquisa bibliográfica (MICHEL, 2009). Para construção do projeto político-pedagógico estão sendo realizados diversos levantamentos englobando questões relativas à acessibilidade (ex: tecnologias assistivas, políticas, dentre outras), tanto na literatura internacional quanto nacional, assim como estão sendo levantadas as pesquisas mais recentes sobre a temática em grupos de pesquisa, instituições e laboratórios de ensino e pesquisa e empresas privadas.

Apresenta resultados relevantes: O curso terá 360 horas/aula e ao final deverá ser desenvolvido trabalho de conclusão de curso (TCC) no formato de Projeto de Intervenção. Deve concluído em até vinte (20) meses, sendo doze (12) para disciplinas e até oito (8) para finalização do TCC. O público alvo são servidores instituições públicas, podendo ser disponibilizadas vagas para o setor privado e(ou) para outros tipos de organizações.

A partir dos estudos realizados, o conteúdo programático prevê, até o momento, em sua estrutura modular doze disciplinas: Introdução aos Estudos de Acessibilidade; Acessibilidade Física; Acessibilidade Digital; Tecnologias Assistivas; Leis e Políticas de Acessibilidade; Inclusão Cidadã, Ética e Democracia; Acessibilidade na Educação; Informação, Comunicação e Acessibilidade; Esporte, Cultura e Acessibilidade; Pesquisa Científica; Auditoria em Acessibilidade; Tópicos Especiais em Acessibilidade, além da apresentação do TCC, como mencionado. Essas disciplinas estão sendo detalhadas e seu plano de ensino elaborado (ementa, carga horária, metodologia, avaliação e referências). Destaca-se que se optou por incluir uma disciplina denominada "Tópicos Especiais" voltada para abordagem de algum tópico específico ou aprofundamento de temática em função de particularidades apresentadas por discentes do curso, ou ainda para acoplar uma nova perspectiva que surja no decorrer do tempo e que possa não ter sido contemplada em outras disciplinas.

Estes são os traçados pedagógicos da Pós-graduação *Latu Senso* em Acessibilidade: Informação e Educação para a Democracia. Espera-se ter todo o projeto do curso concluído, validado e aprovado até o final de 2017, para que a primeira turma do curso possa ser lançada no segundo semestre de 2018.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Cartilha do Censo 2010:** pessoas com deficiência. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012.

_____. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 8.112, 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112compilado.htm>. Acesso em: 17 abr. 2017.

_____. Lei 8.213, 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 17 abr. 2017.

CONFORTO, D.; SANTAROSA, L. M. C. Acessibilidade à web: internet para todos. **Revista de Informática na Educação**: Teoria, Prática, Rio Grande do Sul, v. 5, n. 2, p. 87-102, nov. 2002.

MELO, A. M. Acessibilidade e design universal. In: PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (Orgs.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP, 2006.

MICHEL. M. H. **Metodologia e pesquisa científica em Ciências Sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2009.